

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.601 - SP (2019/0205930-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **BRADESCO SEGUROS S/A**
ADVOGADO : **VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464**
ADVOGADA : **ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291**
RECORRIDO : **FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS**
RECORRIDO : **MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS**
ADVOGADO : **ADELAIDE ROSSINI DE JESUS - SP027024**
RECORRIDO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **SIDARTA BORGES MARTINS - SP231817**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial no qual se discute o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal nos processos envolvendo contratos de seguro habitacional celebrados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e a eventual competência da Justiça Federal para processar e julgar as referidas ações.

O Supremo Tribunal Federal concluiu pela existência de repercussão geral da matéria constitucional versada no Recurso Extraordinário nº 827.996/DF, em que se debate, à luz dos arts. 5º, XXXV, e 109, I, da Constituição Federal, a *"existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação"* e, conseqüentemente, *"a competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza"* (Tema 1.011).

O reconhecimento de repercussão geral orienta o sobrestamento dos feitos e autoriza o reexame da matéria pelos tribunais de origem, que poderão declarar os recursos prejudicados ou se retratar, conforme o caso, nos termos do disposto nos arts. 1.039 e 1.040 do Código de Processo Civil de 2015.

Além disso, é inviável a apreciação de outras questões envolvidas no presente recurso sem o deslinde do tema pela Suprema Corte.

Ante o exposto, determino o retorno dos autos ao tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, até o julgamento definitivo do RE nº 827.996/DF, observando-se o disposto nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA - Relator